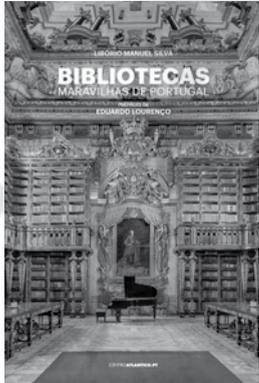


LEITURAS



Bibliotecas Maravilhas de Portugal¹

Libório Manuel Silva

Perguntava-me há dias o autor do livro que ora vem ter connosco: «Este meu livro caso tivesse sido publicado há dois séculos que título teria: Bibliotecas? Ou Livrarias?»

Jan Besselar ensinou-nos que as palavras também têm história. Quem anda nos caminhos do conhecimento do passado sabe bem os tropeços que dá quando não se tem em conta essa realidade.

Qual será então a resposta àquela questão? Responderei: não sei.

E digo-o com a ajuda da documentação, pois é sempre bom defendermo-nos, ancorarmo-nos em algo quando os estudos estão ainda mal encetados:

Corria o ano de 1834 quando uma edilidade esclarecida, a de Braga de então, mostrou vontade de ter na sua cidade um edifício em que, aproveitando a extinção das ordens religiosas, se pudessem recolher centenas ou milhares de livros para ilustração dos seus habitantes. Esta edilidade deveria ser conhecedora dos problemas que estavam a ocorrer com o Tesouro Público, com a dificuldade em saber o destino correto a dar aos bens artísticos e aos livros pertencentes aos antigos conventos:

«Tendo constado ao Tribunal do Tesouro Público que se tencionava estabelecer *bibliothecas publicas* em diversos lugares do reino com

as livrarias dos conventos...»²

Como se vê os conceitos eram muito vagos!

Além das livrarias e/ou bibliotecas existiram ainda, no século XIX, outras estruturas que privilegiaram o livro. Referimo-nos aos Gabinetes de Leitura.

A segunda metade daquele século foi o período áureo do Associativismo. Em todas as cidades, grandes ou pequenas, surgiu uma quantidade apreciável de associações.

umas eram de classe, outras de recreio, outras com caráter político... Nunca fiz a contabilidade para a minha cidade, Braga, mas nas décadas de 1870 a 1890 haveria cerca de duas dezenas, o que não deixa de ser um número apreciável, porque a população rondava os 22 000 habitantes.

É interessante constatar que todas tinham um objetivo comum, algo que em nenhuma constava nos *Estatutos*, nem havia razão para tal: angariarem o maior número possível de associados.

Os sócios, porém, só se sentiriam atraídos a pertencer e frequentar a associação se tivessem uma série de atividades que lhes fossem agradáveis. Um poderiam ser de caráter pontual – os bailes ou as conferências – outras seriam quotidianas: o jogo das cartas, do bilhar, do gamão, ou um gabinete de leitura pois os livros e os jornais eram então concebidos mais como uma forma de distração ou de informação do que como uma fonte de sabedoria. A esse título é extremamente interessante a justificação que foi dada em janeiro de 1877 por Fernando Castiço, um comerciante também apaixonado pela história e pela arqueologia da sua cidade, para propor na Associação Bracharense, a que presidia, a criação de uma *bibliotheca*:

«O Sr. Presidente encerrando os trabalhos,

pediu atenção da Assembléa, e fez vêr a necessidade que a sociedade tem de alargar a orbita dos seus recreios, que atualmente constão de bilhar, voltarete, sólo, e classico gamão, e que muito se precisa, para isso, de levar a effeito o dispôsto no art. 1º §1º dos nossos estatutos. – a criação de huma bibliotheca...»

Essa biblioteca seria inaugurada no dia 1 de dezembro daquele ano. Nela pontuaria a imagem de Alexandre Herculano, de José Joaquim Teixeira Lopes, um busto hoje na Biblioteca Pública de Braga, de que se conserva mais do que uma cópia, em mármore, pois existe pelo menos mais um outro no Ateneu Comercial do Porto. Ateneu Comercial do Porto que, por estar situado numa cidade bem maior e, muito possivelmente, ter tido diretores mais competentes, depois de ter fundado o seu Gabinete de Leitura em 1869, continuou a crescer, criou uma das bibliotecas mais notáveis do Porto, tão notável que foi uma das escolhidas para figurar neste livro que hoje se apresenta.

Permitam-me agora recuar um pouco, socorrer-me de memórias: este livro faz-me recordar o ano de 2000. Entre agosto e outubro, durante 3 meses, percorri muitas cidades das margens do Danúbio, entre Viena e Munique, e também da Baviera. A ideia era conhecer palácios e mosteiros, obras do barroco e do rococó, para melhor poder compreender a arte do Minho que um dia, acreditava, viria a estudar. Embora pensasse sobretudo em lugares de culto, não podia, nem devia enjear todos os demais. E desde logo pude constatar que as bibliotecas eram não apenas sítios de eleição, mas também de culto. Não o que era praticado nas igrejas, mas o de uma sociedade que acreditava na importância da sabedoria, do conhecimento. A biblioteca joanina de Coimbra

poderia entrar nesse grupo, que não era pequeno, de obras de arte total, em que a qualidade conceptual do programa e a dos seus executores deveria estar em paralelo com o saber contido nos milhares de livros que as suas prateleiras albergavam.

O mecenas que a criou, D. João V, pretendia ser o rei mais ilustrado da Europa. A sua biblioteca lisboeta, com cerca de 70 000 volumes, era a maior do Velho Continente. E a coleção de gravuras que reuniu era também extraordinária. Impossibilitado de viajar devido ao cargo que ocupava, antecipou as viagens que ocupava, antecipou Malraux e viajou pelos livros, pelas estampas e pelo imaginário.

Esta biblioteca de Coimbra é, sem dúvida, um dos paradigmas da beleza: mas também o é da descoberta. Da mesma forma que um livro de capas brancas não permite imaginar o interior – é um espaço aberto a todas as hipóteses! – as salas dessa biblioteca são um sítio de maravilha, da feliz conjugação das múltiplas artes ali usadas, da talha à pintura em múltiplos suportes e técnicas ou à escultura. O retrato de D. João V, quase na linha da perspetiva, sob um dossel imenso, mostra-nos bem o poder do retratado. É um quadro que também pode ser usado como uma metáfora, a do poder da sabedoria.

Hoje quase nada sabemos sobre a história do livro em Portugal. Tirando o período incunabular, muito bem estudado por Artur Anselmo e os trabalhos eruditos de Joaquim Vitorino Pina Martins, embora existam muitos artigos dispersos, como os de Jorge Peixoto ou do referido Anselmo, pode dizer-se que pouco mais de consolidado se conhece. E o mesmo se dirá das salas que os encerram, as bibliotecas. Os estudos de Carlos Azevedo e de António Filipe Pimentel são excessivamente curtos, reduzem-se apenas aos locais mais espetaculares.

Tirando a joanina coimbrã, quase se ignoram os nomes de quem projetou as demais. Ou não se sabe, por exemplo, porque é que os beneditinos, tendo-nos deixado espaços sacros extraordinários, foram tão comedidos nos das suas bibliotecas, contrastando assim com os seus congéneres germânicos.

E também quase nada se sabe sobre o funcionamento das bibliotecas existentes podendo, portanto, ser consideradas extraordinárias as informações que recentemente descobrimos sobre a biblioteca do arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, que governou a arquidiocese bracarense entre 1590 e 1609.

D. Frei Agostinho acrescentou em 1592-1597 uma nova ala ao seu palácio, a que está situada do lado Oeste, onde fez reunir, no primeiro andar, a sua biblioteca, a primeira biblioteca dos arcebispos que conhecemos em Braga. A parte inferior ficou aberta, ritmada por colunas.

Mas logo essas áreas térreas, *tabuleiros* na saborosa denominação seiscentista, começariam a ser fechados. E os dois primeiros foram os do extremo sul, voltados à rua que da Sé levava à Arcada, o principal ponto de comércio da cidade. Dentro de um conceito de aproveitamento de todos os espaços, poderemos dizer que esta atitude foi natural. Tudo, porém passou a ganhar um novo sentido quando se soube que aquelas lojas foram emprazadas em 1600 a Gonçalo de Basto, o livreiro do Arcebispo. E mais extraordinário ainda se tornou quando descobrimos que poucos anos mais tarde, em 1609, os dois *tabuleiros* contíguos aos de Gonçalo, estavam emprazados a Frutuoso de Basto, quicá seu irmão; a Frutuoso que era o impressor do Arcebispo! A continuação das pesquisas permitiu-nos ainda encontrar mais um facto

¹ Texto lido na apresentação do livro *Bibliotecas. Maravilhas de Portugal*, da autoria de Libório Manuel Silva, no Museu da Imprensa, Porto, 1 de junho de 2013.

² BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 99.

extraordinário: durante o século XVII aquelas áreas foram, na prática, ocupadas apenas por livreiros!

Se refletirmos um pouco acharemos natural que as três valências pudessem ter estado reunidas num mesmo local. A questão é que não sabemos quantas foram as vezes em que isso aconteceu nas outras bibliotecas existentes no reino!

Além desta há, talvez, uma outra questão que pode ainda ser mais grave: quem é que sabe onde é que estão situadas as principais bibliotecas antigas de Portugal? Quantas foram? Quantas serão as que ainda existem, íntegras ou parcialmente alteradas?

O livro que ora se apresenta é, assim, precursor. Por um lado porque de uma forma muitíssimo ampla nos chama a atenção para as bibliotecas enquanto espaços arquitetónicos ou artísticos de qualquer período cronológico, e não apenas para as salas barrocas. Por outro porque não se restringiu às bibliotecas existentes em locais públicos e, muitíssimo bem, avançou para os privados. E todos nós sabemos a extraordinária dificuldade que há em entrar nesses locais, quanto mais em fotografá-los.

A partir de agora, a partir deste livro precioso e pioneiro de Libório Manuel Silva, ninguém mais poderá dizer que Portugal tem apenas meia dúzia de bibliotecas notáveis. Não, Portugal tem dezenas de espaços extraordinários destinados a albergar os livros e, o que é mais interessante, de diferentes períodos históricos ou artísticos. De Monção ao Porto, de Avanca a Alpiarça, a Mafra ou a Lisboa. Ou a Angra, ou a Évora, à biblioteca desse nome incontornável, Frei Manuel do Cenáculo.

Com este livro, a comunidade da História de Arte Portuguesa não só vê alargados os seus horizontes como contrai mais uma obrigação,

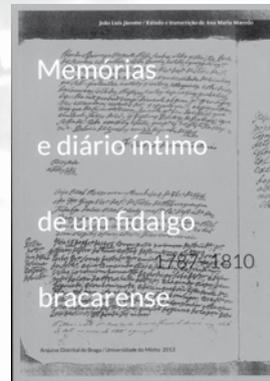
a de olhar para os espaços físicos que são as bibliotecas como uma realidade concreta – e não apenas como um lugar onde podem ser guardados alguns milhares de volumes. Um primeiro desafio poderá, por exemplo, ser um colóquio dedicado apenas a este tema, a estas bibliotecas e a outras agora não representadas.

O primeiro inventário está feito. Ou seja: o mais difícil já foi feito! Obrigado Amigo Libório Silva pela sua paixão. Obrigado pela sua dádiva.

SILVA, Libório Manuel
– *Bibliotecas: Maravilhas de Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico, 2013. ISBN 978-989-615-184-3 (Prefácio de Eduardo Lourenço).

POR
EDUARDO PIRES
DE OLIVEIRA

Trabalha na Biblioteca Pública de Braga e é doutor em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto)



Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense

João Luís Jácome

É sabido que estamos em tempo de crise económica que afeta diretamente o país no seu todo e particularmente a atividade de organismos dependentes do financiamento do Estado, mas estamos, também, em plena transição para uma nova «Era», que o sociólogo catalão e renomado especialista sobre este processo, Manuel Castells, não hesitou em batizar de «Era da Informação», embora tenha usado a expressão ambigualmente em paralelo a outras, como a «Sociedade em Rede» e a «Galáxia Internet» com conotações mais conjunturais, que estruturais. Estando em crise e em transição para um novo tempo (nova longa duração) de novas formas de leitura e de acesso a um acúmulo exponencial de informação através de dispositivos fixos e móveis conectados à «Rede» ou ao «espaço de fluxos» (para continuar a citar Castells), faz ainda mais sentido enaltecer esta iniciativa editorial do Arquivo Distrital de Braga (ADB), Unidade Cultural da Universidade do Minho – feita com um esmero gráfico extraordinário e exclusivamente em papel!... Um enaltecimento que dirijo à Mestre Ana Maria da Costa Macedo, ao diretor do Arquivo, Dr. António Sousa, ao Conselho Cultural e à Reitoria da Universidade do Minho.

O ADB prossegue, aliás, num caminho iniciado há mais de duas décadas e plasmado na coleção «Estudos e Manuscritos» que soma, com este último livro, oito publicações e que visa «divulgar trabalhos de reconhecido interesse realizados com base em documentos existente neste Arquivo.» O primeiro foi *A Censura do tabaco do Padre Jerónimo da Mota*

e dois escritos de Ribeiro Sanches (estudo e transcrição de Armando Malheiro da Silva); o segundo *Memórias particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa do séc. XVIII* (estudo introdutório de Luís de Oliveira Ramos e transcrição de José Viriato Capela); o terceiro *Ensaio sobre as Minas* de José Anastácio da Cunha (estudo de Fernanda Estrada); o quarto *Um Livro de Horas do Arquivo Distrital de Braga: descrição codicológica* por Maria João Lopes Calheiros Carvalho; o quinto *António de Azevedo, Conde da Barca, diplomata e estadista, 1787-1818* por Eurico Brandão de Ataíde Malafaia; o sexto, também do mesmo investigador, *A Guerra Peninsular: da génese ao seu termo (1793-1813)*; e o sétimo, com organização e prefácio de Henrique Barreto Nunes, *O Arquivo e a Cidade: páginas da História Bracarense* por Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, diretora que foi do ADB e, entretanto, falecida. Em sua homenagem, a Família Jácome de Vasconcelos, da Casa do Avelar, em Braga, viria a doar o Arquivo da Casa à referida Unidade Cultural da Universidade do Minho, de que se publicou o Catálogo e desse conjunto documental faz parte o manuscrito que a Dr.^a Ana Maria Macedo tirou «do limbo arquivístico» e pôs à fruição de todos os que se interessam pela História de Braga, sendo certo que a literatura memorialística e diarística tem um interesse historiográfico e cultural bem mais amplo.

A Mestre Ana Maria Macedo conhece bem, como investigadora, a Família e a influência social do fidalgo bracarense João Luís Jácome (a linha genealógica direta sequenciada por gerações aparece no verso da contra capa), autor das *Memórias e Diário*, tendo trabalhado a articulação da Casa e Família (nobre e fidalgo) de Antigo Regime ao funcionamento

político, social e económico da cidade de Braga, contribuindo com a sua dissertação de Mestrado, intitulada *Família, Sociedade e Estratégias de Poder, 1750-1830: A Família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cidade – Braga* (Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996), para os estudos sociais e culturais da sociedade barroca e de Antigo Regime português. Essa pesquisa de fôlego, que contou com a colaboração total do Sr. Vasco Francisco Jácome de Vasconcelos, permitiu-lhe conhecer, pormenorizadamente, o acervo documental existente na Casa do Avelar e perceber a importância de João Luís Jácome a ponto de perspetivar, a médio prazo, a edição integral do manuscrito que a própria reconhece ter-se destacado «desde o início do nosso estudo do Arquivo da Casa do Avelar (ACA) (...) no conjunto das variadas e ricas unidades documentais que o compõem, pelo seu carácter singular» (p. 13).

E acrescenta: «Não só por ser um excelente testemunho escrito em primeira mão da vida pública e da história da cidade de Braga e do País numa altura particularmente significativa do seu percurso sociopolítico (o fim do Antigo Regime e abertura liberal), como por se tratar de uma fonte que nos liga ao quotidiano da vida – íntima, pública e privada – do seu autor, fidalgo e cidadão bracarense: as suas relações intra e interfamiliares, as lutas políticas, as vivências individuais, a afirmação familiar e o dia-a-dia do seu meio. O conteúdo, agora apresentado ao grande público, estende-se por três domínios fundamentais: um consagrado à genealogia e à história da família, assemelhando-se a uma crónica familiar com encadecamento genealógico; outro dedicado às contas e à gestão dos bens patrimoniais e, finalmente, uma parte importante

dedicada à vida quotidiana pública e privada do seu autor, com importantes reflexões pessoais nomeadamente no plano das relações e dos sentimentos familiares» (pp. 13-14).

As palavras da investigadora e editora crítica do manuscrito dispensam-me, completamente, de justificar, não apenas a oportunidade do esforço que foi feito ao longo de anos para publicar tão rico e singular texto, mas a qualidade historiográfica do estudo introdutório por ela elaborado. Apenas ousou sublinhar que o prefaciador deste trabalho, o Professor José Viriato Capela, bastante ligado ao percurso de pesquisa da Mestre Ana Maria Macedo, foi o responsável pela transcrição e edição de outras *Memórias* – as de Inácio José Peixoto – coevas destas e ambas, portanto, fontes complementares para o estudo da política, sociedade e economia, em Braga e em Portugal, na transição de XVIII para XIX.

Orientei, por isso, a minha leitura noutra direção que não a da análise à luz da História Social e da Família, centrando-me no tipo de edição que foi produzida e na partilha de algumas considerações que deixo aqui, construtivamente, como matéria de reflexão e nada mais do que isso...

Já referi o esmero posto nos aspetos formais e gráficos da edição que tem um nome por trás – Maria João Macedo, *designer* gráfica. Este tipo de interveniente é, desde há umas duas décadas pelo menos, assaz influente e decisivo quanto à forma como o artefacto livro chega às nossas mãos e atrai os nossos olhos, condicionando fortemente a motivação para a leitura do texto. Não cabe aqui dissertar sobre esta influência, mas a importância da problemática que lhe está subjacente tem merecido pesquisa específica (em nível de mestrado e doutorado em

Design Gráfico e Ciências da Comunicação e Informação) a ter em conta cada vez mais. Autora e *designer* trabalharam neste caso em parceria, como convém que seja e como é revelado por vários detalhes da transcrição. Mas, antes de chegar aí, e esse ponto foi o que me suscitou mais interrogações, atendo à estrutura da obra e trago à colação o sumário com: *Prefácio, 13; Estudo introdutório, 15; I. Do autor, 15; II. Do manuscrito, 26; III. Da fonte, 41; Normas de transcrição, 223; Glossário de termos da época, 225; Referências bibliográficas, 227; Índice cronológico, 229; Índice toponímico, 233; Índice onomástico, 238*. Não aparece no sumário a indicação paginada do *Diário e Livro de Razão de João Luís Jácome*. Esta é a intitulação que figura na folha que antecede a transcrição do texto e que não corresponde nem ao título dado ao livro, nem à designação que Ana Maria Macedo deu à unidade documental, quando a catalogou por ocasião das pesquisas feitas na década de 90. Esta variedade de títulos decorre do simples fato do autor não se ter, naturalmente, preocupado em deixar uma capa (que o manuscrito original não tem) com uma denominação documental, pronta para a posteridade. Este tipo de textos costumavam nascer assim... ambíguos. Uma ambiguidade incómoda que eu resolveria de maneira diferente da que foi adotada, e recuperaria a designação que Ana Maria Macedo lhe atribuiu: *Diário e Livro de lembranças e outros registos* pertencentes a João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (tudo isto, menos a palavra *diário*, foi posto entre parêntesis retos) no Catálogo, anexo ao estudo que publicou em 1996 (p. 267). Poria, como título, “*Lembranças e outros registos, 1787-1813*”

e o subtítulo “*Edição crítica das memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense*”. O título que foi escolhido, bastante livre e apelativo, como impõem os preceitos atuais do *marketing* editorial, contrasta imenso com o conservadorismo extremo da transcrição do original, a que adiante me referirei. Mas, voltando ao Sumário, entendo ser necessário indicar o texto transcrito, com começo na pág. 61, e se não se quisesse arranjar um outro título, bastaria a expressão “*Edição Crítica*”, pois foi seguida uma fixação de texto à luz de normas precisas e sinalética vária que garantem o máximo de fiabilidade em relação ao original.

O livro inclui, ainda, a reprodução iconográfica da primeira página e das páginas centrais do manuscrito, da bengala em marfim e um colete em seda, supostamente pertencentes ao autor, e de seis retratos de membros da Família (na falta óbvia de retrato de João Luís). E as Normas de Transcrição aparecem na pág. 223. No entanto foi incluído, depois do Prefácio e antes do Estudo Introdutório, um pequeno texto, A Edição, de página e meia, em que são expressos agradecimentos e sumariada a importância do manuscrito para a História. Entendo que as Normas de Transcrição deviam ter sido incluídas neste «espaço» e era aí que se justificava plenamente a justificação das opções feitas sobre a edição crítica do texto no seu conjunto.

Entro, finalmente, no trecho mais subjetivo desta recensão, que remato com três pontos.

O primeiro que coloco é não ter sido assumido tratar-se de uma edição crítica. Sabemos que há, no campo da Literatura e dos Estudos Literários, uma especialidade com décadas de doutrina e prática, que é a Crítica Textual e a Crítica

Genética, colhendo-se aí muitos exemplos e elementos para a caracterização do que é ou pode ser uma edição crítica. Não sou especialista, nem pretendo ser, mas acho que não devemos intimidar-nos com as especializações, e é bem possível sintetizar o trabalho que historiadores medievalistas como Avelino Jesus da Costa ou Eduardo Nunes realizaram, propondo normas de transcrição de diplomas medievais e modernos, com os preceitos sugeridos para textos literários do mesmo período (a este propósito recomendo a consulta dos *Critérios e Normas para Transcrição e Transliteração de Textos Medievais – V.1.0* por António Emiliano³). E entendo, ainda, que a Semiótica e a Semiologia podem ser convocadas, interdisciplinarmente, para este processo, permitindo ler a força implícita e explícita dos contextos vários de onde o discurso emana... Não hesito, por isso, em considerar que temos edição crítica a partir do momento em que adotamos critérios claros de transcrição e procedemos a um estudo rigoroso do autor, do manuscrito e da fonte, como foi feito pela Ana Maria Macedo, mas também o esclarecimento documentado de fatos, datas, indivíduos e demais referências expressas no texto através de notas (inclusas em rodapé ou no final da transcrição).

O segundo ponto tem a ver com a reprodução *facsimile* e a transcrição

3 Documento de circulação *online* com chancela do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Linha de Investigação 4 – Linguística Histórica, Fontes para a História da Língua Portuguesa. Url: <http://www.fesh.unl.pt/philologia/Normas1.0.pdf> [consultado 4-10-2013]

que foi feita. No lançamento da obra, a editora crítica revelou ter considerado a possibilidade de adotar o *facsimile*, mas a caligrafia e as condições de conservação do original tornam difícil a leitura por qualquer pessoa e daí a solução de compromisso encontrada: reproduzir, o mais próximo possível, a forma como João Luís concebeu o manuscrito, manejando a pena, rasurando, borratando aqui e ali, pondo entrelinhas, fazendo anotações verticais nas margens laterais e anotações horizontais em letra mais pequena e até os espaços em branco, deixados pelo autor, foram mantidos entre parêntesis retos, assim como reproduzidos os riscos verticais feitos por cima do texto escrito... Trata-se de uma opção de transcrição, como diria António Emiliano, extremamente conservadora, que precisava ser explicada em termos historiográficos e semióticos (mas, também arquivísticos e da Ciência da Informação): ao aproximar-se a reprodução, pela técnica do dactiloscrito, e impressão da reprodução conseguida pela técnica fotográfica, hoje incorporada no processo de digitalização, parece que se está a querer diluir uma diferença semiótica óbvia... Qual o propósito? Que pressupostos teóricos estão por trás? Estará apenas o perfeccionismo e o medo de falhar na reprodução de uma fonte «verdadeira», útil para a História? Não há opções neutras... Tratando-se de uma edição do ADB, em 2013, parece-me lógico que o manuscrito fosse digitalizado na íntegra e disponibilizado no respetivo *site*, para quem deseje consultar diretamente o texto e onde está tudo o que se pretende reproduzir ou manter na presente edição impressa em papel (amarrado ao original), procedendo-se, em paralelo, a uma transcrição rigorosa, sem cedências no plano da ortografia a atualizações,

que facilitando a leitura, hoje, descaracterizariam irremediavelmente a forma como a língua era escrita por alguém alfabetizado no séc. XVIII e inícios do séc. XIX. E, neste sentido, bastaria seguir a estratégia que foi adotada por José Viriato Capela nas *Memórias Particulares*, de Inácio José Peixoto. Na verdade, acho que esta consegue ser uma transcrição bem mais equilibrada, não faltando sempre quem, vindo da Linguística e da Academia, sugira uma modernização radical do texto...

O terceiro e último ponto prende-se com o anterior e leva-me a considerar que a edição em papel de textos como este, cuja aparição pública celebrou com entusiasmo, não pode ser feita de costas voltadas para o digital – que aí está e vai estar de forma completamente transversal a todos os domínios da nossa atividade quotidiana. Novas edições em papel de manuscritos do ADB ou de qualquer outro Arquivo público ou privado (estou a pensar na recente edição de um texto biográfico sobre o matemático José Anastácio da Cunha⁴ em que participou a Fundação Casa de Mateus, detentora do original) poderiam

4 Ver *Anecdotes de J. A. D. C.: Reminiscências de D. José Maria de Sousa, Morgado de Mateus sobre o mestre e amigo José Anastácio da Cunha. Leituras, notas, estudos e organização de Abel Rodrigues, António Leal Duarte, Jaime Carvalho e Silva, João Filipe Queirós, Maria Elfrida Ralho, Maria Fernanda Estrada e Maria Luísa Malato*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. 2013. ISBN 978-989-755-005-8. Este caso é evocado, aqui, como exemplo de possibilidade: uma entidade privada pode seguir (ainda não seguiu...) o caminho sugerido de uma divulgação mista. Mas quanto à transcrição e ao tipo de edição é completamente diferente, tendo resultado de um trabalho de equipa interdisciplinar e o texto foi atualizado do ponto de vista ortográfico.

incluir a divulgação em *site* próprio do original digitalizado, reservando-se a versão em papel ou em formato pdf (disponível no mesmo site) para a explicação, a interpretação e o enquadramento histórico nacional e internacional da fonte, em modo mais distendido e até convocando contribuições de outros especialistas. A ideia é, afinal, muito simples: despende o máximo de tempo (cada vez mais escasso, queixamo-nos...) a «ler» a fonte e poupá-lo a «copiá-la»...

JÁCOME, João Luís – *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810)*. Estudo introdutório e transcrição de Ana Maria Macedo. Prefácio José Viriato Capela. Braga: Arquivo Distrital de Braga – Universidade do Minho, 2013. ISBN 0872-6426; 8.

POR
ARMANDO MALHEIRO
DA SILVA